

Projeto META – Acordo de Empréstimo BIRD 8095/BR

Notas de Reunião – Banco Mundial e MME

Data: 20/11/2014

Participantes: Christophe de Gouvello e Danielle La Porta (BIRD), SEDP, SGM, CPRM e DNPM

Pauta: Componente Mineração

1. Atividades da SGM: A equipe da SGM informou o andamento das duas atividades da Secretaria previstas para a Fase 1 do META – TDR's 30 e 31.

- a) TDR 30: Pequena Mineração: quatorze empresas manifestaram interesse em realizar a consultoria e o DDSM está realizando a avaliação dos portfólios para a formação da lista curta.
- b) TDR 31: Revisão estrutural da SGM e Criação do CNPM: O DPGM informou que a atividade que havia sido postergada para a Segunda Fase do META, em razão do Marco Regulatório da Mineração, ainda em análise no Congresso Nacional será reinserida na Fase 1 do Projeto. O termo de referência já está revisado e será encaminhado para a SEDP para análise. A consultoria está prevista para ser realizada em 12 meses e contemplará: i) Diagnóstico da SGM (conjuntura e capacidade de recursos humanos); ii) Estrutura (Metas e ações da Secretaria); iii) Estrutura dos controles operacionais internos e iv) Gestão do Conhecimento. O Banco questionou se não seria mais oportuno aguardar a aprovação do Marco, para iniciar o processo. O Secretário-Adjunto Telton Corrêa esclareceu que os processos que estão previstos no Marco Regulatório já são realizados pela SGM diretamente ou por meio da supervisão ministerial dos serviços e que o Marco deverá agregar e/ou aglutinar competências para a SGM. A equipe da SEDP comentou que o estudo seja realizado no Meta 1, o processo de contratação deverá ser iniciado até janeiro de 2015.

2. DNPM (TDR 33): A atividade do DNPM prevista para a Fase 1 do META referia-se à modernização da tecnologia da informação e implantação de gestão eletrônica de documentos do Departamento. A SEDP informou que, em razão do pedido do DNPM para suspender a assinatura do Termo de Execução Descentralizada em 2013, os recursos originariamente previstos para a Atividade 33 foram realocados para outros coexecutores, estando disponíveis para essa aquisição aproximadamente US\$ 361.000,00. O DNPM informou que a atividade foi reavaliada e será realizada somente no META II.

3. CPRM (TDR 32): A atividade da CPRM prevista para a Fase 1 do META refere-se à ampliação da base laboratorial da Companhia por meio da aquisição de equipamentos para armazenagem e processamento de dados e imagens geofísicas. A aquisição está dividida em dois processos: uma NCB e uma ICB. O pregão eletrônico (NCB) está em fase de publicação de edital. Foi comentada a questão do Acórdão 2238/2013 do TCU, que trata sobre o tema da equalização das propostas no âmbito das licitações internacionais, e que está impactando diretamente as ICB's previstas no META. Sobre o tema, Christophe informou que a PGFN irá apresentar recurso junto ao TCU e sugeriu que a SEDP entre em contato com a equipe do Projeto da Eletrobrás (motivador do Acórdão), para conhecer o andamento do processo de aquisições daquela empresa.

4. Salvaguardas Ambientais: Danielle La Porta informou que em breve, o Banco irá publicar as novas diretrizes para as salvaguardas ambientais.

5. Prorrogação do META: A SEDP informou que está em tratativas informais com a SEAIN/MPOG para análise do momento mais oportuno para solicitar a extensão do Projeto até 31 de dezembro de 2017. Christophe comentou que a baixa execução do Projeto pode impedir a extensão e a aprovação da Segunda Fase do META.

6. Cooperação Sul-Sul: A CPRM informou que intenciona realizar um programa de treinamento para servidores e participantes estrangeiros, incluindo as temáticas: Recursos Minerais, Hidrologia, Ciências Marinhas, Riscos Geológicos, Metalogenia, entre outros. A proposta é montar uma estrutura no RJ, com salas de recepção em outros países (a exemplo de Suriname e Colômbia que já demonstraram interesse no intercâmbio com o Brasil). A proposta envolveria a Embratel, que disponibilizaria linhas de transmissão. Seriam quatro ou cinco cursos, com 15 a 20 participantes, cada um, durante 12 meses. O custo mensal estimado é de R\$ 69.000,00 mensais.

7. O curso de metalogenia, por exemplo, contemplaria nove temas de interesse de vários países. O Secretário Adjunto, Telton Corrêa lembrou que a CPRM hoje já compartilha dados e expertise com outros países. Christophe lembrou que é necessário avaliar se o Componente de Cooperação Sul-Sul (4) comporta os custos relacionados ao treinamento. Ainda, argumento que se os cursos tem caráter acadêmico e/ou técnicos de rotina, devem ser inseridos em outros componentes do Projeto. O BM solicitou que a CPRM apresente planilha de custos e proposta de TDR para avaliação sobre a possibilidade de financiamento do treinamento pelo Projeto. Ainda, a CPRM solicitou ao BM a indicação de nomes de professores para realizarem o treinamento. Foi acordado que a CPRM enviaria proposta de TDR até 31/12/2014.

8. Fase II do META: A SGM informou sobre as atividades de interesse para a Fase II do META – Pequena Mineração: Construção de banco de dados com pesquisa de campo e mapeamento da cadeia produtiva, relacionados aos agregados da construção civil. A consultoria está estimada em R\$ 4.845.000,00. A 2ª atividade refere-se às “Minas Órfãs – Princípios e Diretrizes sobre as minas encerradas”. Sobre o tema, a SGM informou que grandes minas estão sendo identificadas junto com o DNPM. E que o estudo proposto objetiva o levantamento de títulos e não o cadastro do passivo de minas abandonadas. O estudo está também estimado em R\$ 4.845.000,00.

9. Para a 2ª Fase do META, a CPRM propõe: a) montagem de um laboratório de micro-análises e a aquisição de equipamentos para a geração de banco de dados. Foi informado que a UnB irá ceder um terreno do parque tecnológico para a construção/instalação desse laboratório. O subprojeto da CPRM está estimado em US\$ 18 milhões. Para essa iniciativa, a CPRM ainda precisa estudar como poderia repassar recursos para a UnB realizar as aquisições, uma vez que a universidade tem isenção de impostos e a CPRM não. Christophe lembrou que as atividades devem ter correlação com as metas do BM no Brasil, quais sejam, “redução da pobreza e desenvolvimento econômico”.

DNPM: foi informado que o projeto para a Fase 2 é mais abrangente, incluindo equipamentos para modernizar o departamento, além da aquisição do GED. A proposta do DNPM para a Fase II está estimada em R\$ 7.900.000,00.

Por fim, Christophe lembrou que a Fase 2 deve ser muito bem justificada, pois o contexto de aprovação é mais difícil do que o Meta 1, em razão de haver outras demandas concorrentes no Brasil em análise pelo BM. Lembrou ainda que a Recomendação da COFLEX para a Fase II deve ser revisada/reemitida.

Projeto META – Acordo de Empréstimo BIRD 8095/BR

Notas de Reunião – Banco Mundial e MME

Data: 24/11/2014

Participantes: Christophe de Gouvello, Danielle La Porta e Jimmy Pannett e Equipe SEDP

Pauta: Acompanhamento da Execução do Projeto

1. A reunião com a equipe do Banco Mundial contemplou temas diversos relacionados à execução das atividades do Projeto, como status das atividades, prorrogação do META, indicadores, entre outros, conforme resumo a seguir:

2. Prorrogação do prazo de vigência do META: Ricardo Licks informou que há atividades que serão impactadas pelo prazo atual de vigência do META, em razão de seu cronograma estimado somado ao período necessário para a contratação, são elas:

- i) Mudclima (TDR 13): pela estimativa atual, os estudos serão encerrados em 2017. A UGP/C informou que o CEPEL encaminhou minuta de TDR para contratação direta de duas entidades: INPE e COOPE/UFRJ. Christophe argumentou que a atividade consta no PAD como contratação direta, e que isso é um bom indicativo para aprovação pelo BM, no entanto, será um pouco difícil aprovar a contratação direta de duas empresas, pois havia previsão de apenas uma empresa;
- ii) Eletrogaya e Minerogaya (TDR's 20 e 21): A SEDP informou que os termos de referência precisam ser revisados e que o tema precisa ser retomado internamente no MME. Em razão disso, o cronograma foi postergado para 2016 e os recursos orçamentários destinados a essas atividades foram priorizados para atividades que estão em andamento;
- iii) Pequena Mineração (TDR 30): processo em fase de elaboração de lista curta;
- iv) Eólica (TDR 35): Solicitação de Manifestação de Interesse publicada em 11/11/2014;
- v) Capacita MME (TDR 38): A SMI será republicada. A SEDP esclareceu que apesar do final da pós-graduação estar previsto para maio de 2017, o desembolso do contrato deverá acontecer até o final da vigência do META;
- vi) Aquisição do TRAFO (TDR 10): a SEDP informou que essa aquisição foi postergada para 2016 em razão de insuficiência de recursos orçamentários para o Projeto META em 2015.

Foi comentado que em caso de não aprovação da prorrogação do prazo do META, as atividades cuja vigência ultrapassarão a data de encerramento do Projeto (30/06/2016), poderão ter o contrato assinado, sendo que o saldo a pagar após junho de 2016 deverá ser financiado com recursos do MME (Tesouro Nacional).

Christophe lembrou que o chamado “período de graça” para desembolsos (quatro meses após o encerramento do Projeto), só pode ser utilizado para o pagamento de despesas previamente comprometidas, cujos produtos/bens tenham sido finalizados e/ou entregues dentro da vigência do META.

3. Disponibilidade orçamentária do Projeto: A SEDP informou ao Banco que o POA do Projeto para 2015 está estimado em R\$ 47 milhões. Esse total engloba as atividades em andamento e ainda não contratadas e as atividades não iniciadas. Para acobertar esse planejamento, serão utilizados recursos da PLOA 2015 (R\$ 20.312.054,00), além de restos a pagar de 2013 e de 2014, empenhados em favor do CEPEL, NOS e EPE. Desse modo, hoje não há recursos orçamentários para novas atividades ou para contemplar atividades que foram postergadas para 2016, como, por exemplo, o TRAFO. A SEDP esclareceu ainda que está fazendo avaliação orçamentária permanente das atividades e saldos, de forma a realocar recursos internamente sempre que necessário e garantir a execução das atividades em andamento. Christophe comentou que eventual restrição orçamentária do Projeto é objeto de grande preocupação para o Banco, inclusive, para fins de aprovação da extensão do prazo do META.

4. Distribuição de recursos nos componentes: A SEDP informou que tem feito a avaliação permanente dos recursos das atividades, de modo a não extrapolar os limites estabelecidos no empréstimo por componente e categoria de gastos. Christophe lembrou que a realocação de recursos entre os subcomponentes pode ser feita pelo Projeto, quando necessário, mas orientou que sejam evitadas as realocações de recursos entre categorias e componentes. Ainda, ratificou a orientação de que alterações nas categorias de gastos que excedam 5% devem ser submetidas à aprovação do GTEC/COFIEIX.

5. ICB's: Foi novamente tratada a questão do Acórdão do TCU que trata da equalização das propostas. A SEDP informou ao Banco quais são os processos internacionais previstos no META: TRAF0 (TDR 10), LABPMU (TDR's 11.4 a 11.6), ONS (TDR 29), CPRM (TDR 32.2). Christophe sugeriu que os processos sejam ao menos iniciados, com o envio das minutas de edital para análise e não-objeção do Banco. Sugeriu ainda que não seja inserida a cláusula de equalização de propostas nos editais do Projeto, uma vez que contrariam as disposições do Banco.

6. Cooperação Sul-Sul: Sobre o tema do treinamento proposto pela CPRM na reunião realizada em 20/11 sobre o "Componente Mineração", Danielle La Porta informou que fará contato com aquela Companhia para verificar se o termo de referência poderá ser enviado à SEDP até o final de 2014.

7. Licitação para aquisição dos Pórticos (TDR 4): As propostas da licitação foram abertas em 17/11/2014 e o CEPEL está em fase de elaboração do relatório de avaliação de propostas, para enviar ao MME. A SEDP reforçou ao Banco a importância dessa contratação para o Projeto, em razão do montante substantivo de recursos a serem comprometidos, além da importância estratégica do LABUAT para o setor elétrico.

8. Plano de Ação 2014: Foram repassados com o Banco os compromissos do Plano de Ação, estabelecidos durante a Missão de Revisão de Meio Termo do Projeto, realizada no 1º semestre de 2014.

- a) Revisão do Plano de Aquisições (até 31/07/14):** Em razão das modificações ocorridas durante 2014, revisão de valores estimados, entre outras, há a necessidade de revisão do Plano de Aquisições. Foi comentado que a versão revisada encaminhada no início de agosto ao Banco Mundial não foi aprovada, pois em reunião ocorrida na SEDP, o especialista em aquisições do Projeto, Luciano Wuerzius havia solicitado ajustes no documento;
- b) Manual Operativo – MOP (até 31/07/14):** A SEDP comentou que o MOP foi revisado e aprovado pelo CGP em julho deste ano, mas ainda não houve aprovação formal do Banco. A equipe do Banco irá verificar o documento para emitir a aprovação, se for o caso;
- c) Indicadores (até 31/12/2014):** Foram repassadas as dúvidas da Coordenação Técnica com relação a alguns indicadores de resultado, no que diz respeito às atividades que foram retiradas do Projeto. Foi comentado que nos dias 29/09 a 03/10, foi realizada visita ao CEPEL, CPRM, ONS e EPE por servidores da UGP/C para discussão dos indicadores de resultado do Projeto. Além da revisão dos indicadores de resultado, foram propostos pela UGP/C indicadores de desempenho do Projeto, avaliando a relevância de cada subprojeto dentro do META. A equipe da UGP/C reforçou que pretende enviar a matriz de indicadores revisada para o BM até 31/12/2014, conforme estabelecido no Plano de Ação;
- d) Adoção de Ferramenta para acompanhamento do Projeto (até 15/09/14):** A SEDP informou que adotou o Project como ferramenta de acompanhamento das atividades, cuja primeira versão do gráfico de Gantt, já havia sido enviada ao BM. O BM sugeriu que as etapas detalhadas dos processos de contratação também sejam retratadas no Project. A SEDP informou que no período de 12 a 16/01/2015 será realizado um curso de Project para os servidores da UGP/C para aprimoramento do uso da ferramenta. A SEDP se comprometeu a encaminhar mensalmente ao BM uma versão atualizada do relatório de monitoramento extraído do Project;
- e) Substituição do SIGMA pelo SIAFI (até 15/11/14):** foi esclarecido que essa meta foi atingida pela UGP/C, uma vez que o controle orçamentário e financeiro do Projeto já é realizado no SIAFI. Além disso, foi esclarecido que os IFR's são gerados a partir de informações extraídas do SIAFI e não emitidos pelo sistema, o que hoje não é possível de ser feito. A Coordenação Financeira reforçou que esse tema já foi pacificado com o Especialista Financeiro do Projeto, João Vicente, e com os auditores da CGU, que validaram o formato atual dos IFR's;

- f) Cronograma de ações para a Fase II (até 30/09/14):** o cronograma de ações e trâmites necessários para a Fase II do META foi encaminhado ao Banco em 30/09;
- g) Plano de Comunicação do Projeto (até 31/12/14):** o Plano de Comunicação do Projeto foi discutido com os coexecutores na missão realizada no RJ sobre os indicadores. O documento foi encaminhado para apreciação do BM em 11/11/14;
- h) Capacitação da mão-de-obra (até 30/09/14):** a SEDP informou que a capacitação de aquisições ministrada pelo BM será realizada nos dias 3 e 4 de dezembro de 2014 e, além dos servidores da UGP/C, participarão integrantes das UGP's setoriais (coexecutores).

9. Fase II do META: Foram discutidos os gatilhos necessários para a realização da Segunda Fase do META, e informado ao Banco que os coexecutores já informaram quais atividades desejam realizar na segunda fase do Projeto. A SEDP informou que o intuito no momento, é garantir a boa execução do META 1, e que a definição sobre a assinatura do 2º empréstimo dependerá também da nova gestão do Ministério, que assumirá em 2015. Christophe lembrou que será necessária a elaboração de nova Carta-Consulta para envio à SEAIN. O documento não precisará conter ainda o detalhamento do Projeto, que ocorrerá quando da elaboração do PAD, mas dados referentes às estratégias para assistência técnica ao setor.

10. Jimmy Pannet sugeriu que o BM participe da próxima reunião do CGP ou que seja realizada uma reunião do Banco com integrantes do Comitê Gestor para esclarecimentos de dúvidas sobre o empréstimo e práticas do BM.
